

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas
Deputado Pedro Nuno Raposo Prazeres do Carmo

ASSUNTO: Requerimento para Audição da Sr.ª Ministra da Agricultura e da Alimentação, Dr.ª Maria do Céu Antunes, sobre o Plano de Revitalização da Serra da Estrela e a aplicação das medidas constantes na Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2022, de 27 de setembro.

Ex.º Presidente,

Na sequência do fogo que deflagrou no dia 6 de agosto de 2022 em Garrocho e que consumiu cerca de 25% (22 mil hectares) do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), o Governo, em finais de agosto de 2022, declarou situação de calamidade, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2022, de 29 de agosto.

O Governo anunciou, com base no relatório do ICNF sobre os danos causados pelo incêndio, será apresentado um plano de revitalização até junho de 2023.

Segundo o 8.º relatório provisório de incêndios rurais 2022 do ICNF, as áreas mais atingidas foram as relacionadas com: floresta (54%); matos e pastagens (35%) e cerca de 2.800 hectares de área agrícola.

Entretanto, em outubro de 2022, foram celebrados os contratos-programa no valor de 8.900 milhões de euros através do Fundo Ambiental, entre o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Estes contratos serão executados pelas autarquias, por entidades gestoras dos baldios e por entidades gestoras de zonas de caça, que visam a revitalização de habitats, assim como os relacionados com zonas de azinheiras, castanheiros e carvalhos. Contudo, o cenário atual não corresponde à premência da sua execução, pois verifica-se que os inerentes trabalhos, na sua maioria, ainda não foram sequer iniciados.

Agravando a situação ambiental, as intensas chuvas ocorridas em finais de 2022 e no início deste ano, provocaram desabamento de terras aráveis e arrastamento de lamas para cursos e água, nomeadamente para o rio Zêzere, o que acontecerá de novo, sempre que a pluviosidade for mais intensa.

Entretanto, o ICNF indicou ter realizado ações de controle de erosão em cerca de 70 hectares, assim como a recuperação de caminhos em 170 km de percursos. Ora, que se revela diminuto face aos milhares de hectares indicou como áreas de intervenção prioritária.

Em relação às populações a situação também é preocupante, pois para além da elevada carga burocrática, as candidaturas não preveem adiantamentos financeiros, o que implica que os proprietários rurais e as famílias com fracos rendimentos vêm reduzidas as capacidades de procederem à sua efetivação.

No respeitante ao apoio extraordinário aos produtores pecuários detentores de explorações agrícolas, para aquisição de alimentação animal, o Ministério da Agricultura acresceu ao previsto na Portaria 205-B/2022, de 16 de agosto, uma verba adicional de 500 mil euros proveniente do orçamento da proteção civil, o que soma aos 500 mil euros já pagos e que advém do orçamento do Ministério da Agricultura e da Alimentação, contudo na maioria dos casos ainda não se passou da fase de candidaturas para ajudar os lesados, sendo que o ministério terá indicado que ainda decorrem e, só depois disso, é que serão analisadas.

Dado que o Plano de Revitalização da Serra da Estrela ainda está em fase de elaboração, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2022, de 27 de setembro, deveria configurar os meios financeiros imediatos, para responder aos danos económicos e sociais.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a audição urgente do Sr.^a Ministra da Agricultura e da Alimentação.

Palácio de São Bento, 18 de janeiro de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Frazão

Diogo Pacheco de Amorim